

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.839 - PR (2019/0236172-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOAQUIM MIRO - PR015181
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402
STEPHANY GUEDES RODRIGUES ROUBADEL - RJ214681
AGRAVADO : WALTER ANTUNES PEREIRA JUNIOR
ADVOGADOS : ALFREDO AMBROSIO JUNIOR - PR022146
EDMIR FRANK DURÃES DAMACENO - PR080851

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE NO CASO CONCRETO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, I, DO NCPC. NÃO CONFIGURADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que WALTER ANTUNES PEREIRA JUNIOR (WALTER) ajuizou ação de adimplemento contratual contra OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI S.A.).

No curso da ação, o Juízo de primeiro grau determinou o cumprimento da decisão (expedição de alvará), dispensando a prestação de caução para o levantamento de valores..

Essa interlocutória foi desafiada por agravo no qual OI S.A. afirmou que o plano de recuperação da companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo juízo competente, todos os créditos foram novados, de acordo com o art. 59 da Lei 11.101/2005 e logo, descabe a expedição de alvará para levantamento dos valores depositados nos autos, na medida em que o crédito devido à parte exequente será pago na forma estabelecida no plano de recuperação judicial, por meio da habilitação retardatária.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao agravo, nos termos da

seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE NO CASO CONCRETO. PRECLUSÃO DA DECISÃO QUE JULGOU A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HIPÓTESE, ADEMAIS, EM QUE O PRÓPRIO JUÍZO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL AFASTOU A NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS DECORRENTES DAS AÇÕES NAS QUAIS A ORA AGRAVADA TIVESSE REALIZADO DEPÓSITO A TÍTULO DE GARANTIA ANTERIORMENTE A 21.06.2016. POSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO A TÍTULO DE GARANTIA DO JUÍZO, NO CASO, MEDIANTE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELO AGRAVADO. CONDIÇÃO IMPOSTA POR ESTA CORTE NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.537.771-2. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fl. 84).

Os embargos de declaração opostos pela OI S.A. foram rejeitados (e-STJ, fls.111/113).

OI S.A. interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF onde alegou violação do art. 1.022, II, do NCPC. Sustentou, em síntese, que o Tribunal foi omissão pois não é possível de expedição de alvará em favor do recorrido, diante da ausência de preenchimento dos requisitos autorizadores para o levantamento de valores nos autos.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 229/236).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no*

CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da alegada violação do art. 1.022, II, do NCPC.

OI S.A. sustentou que o tribunal foi omissão pois não é possível de expedição de alvará em favor do recorrido, diante da ausência de preenchimento dos requisitos autorizadores para o levantamento de valores nos autos.

A Corte de origem, ao apreciar a matéria, assim decidiu:

Ou seja, o juízo responsável pelo processo de recuperação judicial da OI S.A. excepcionou a necessidade de habilitação os créditos decorrentes das ações nas quais a ora agravante já

tivesse realizado o depósito a título de garantia de juízo e em que, além disso, já tivesse ocorrido a preclusão da decisão que julgou a impugnação ao cumprimento de sentença.

Não houve determinação do juízo da recuperação judicial no sentido de que a preclusão da decisão que julgou a impugnação ao cumprimento de sentença tenha ocorrido anteriormente ao deferimento da recuperação, para que se faça possível o levantamento de valores depositados a título de garantia.

De igual forma, a acórdão proferido no AI nº 0034576-58.2016.8.19.0000 apenas exige que o depósito a título de garantia tenha sido efetuado anteriormente a 21.06.2016. É o que consta no dispositivo da decisão:

“Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO do recurso, revogando o efeito suspensivo concedido, para que a suspensão das ações e execuções, extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, determinada pelo juiz a quo, não alcance o levantamento de valores depositados pelas recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento, bem como os valores depositados antes da aludida data em execuções nas quais tenha se dado a preclusão ou o trânsito em julgado da sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença, permitindo-se, nestes casos, o levantamento”.

No caso dos autos, como já salientado por esta Relatora na decisão liminar proferida nos autos do AI nº

Superior Tribunal de Justiça

16123-28.2018.8.16.0000, a OI S.A. realizou depósitos a título de garantia nos dias 30.04.2013 (R\$ 29.327,55, M. 34.1) e 21.08.2013 (R\$ 11.440,56, M. 35.1), para viabilizar o processamento da sua impugnação ao cumprimento provisório de sentença.

Assim, não há necessidade de que o crédito reconhecido ao agravado seja habilitado no processo de recuperação judicial da companhia agravante.

Por outro lado, a agravante possui razão ao sustentar que ainda remanesce a necessidade de prestação de caução pelo agravado caso ele pretenda levantar os valores depositados nos autos.

Isto porque ainda não foi definitivamente julgado o AI nº 1.479.327-2, no qual se considerou preclusa a produção de nova prova pericial para apuração do valor devido ao exequente. Ainda está pendente de julgamento, pelo STJ, o AREsp nº 1.278.625/PR, derivado justamente do aludido agravo de instrumento. Para confirmar essa informação, basta consultar o endereço eletrônico do Superior Tribunal de Justiça.

Neste passo, ainda prevalece a decisão proferida por este Tribunal no julgamento da Apelação Cível nº 1.537.771-2, a qual condicionou o levantamento do valor bloqueado à prestação de idônea e suficiente (e-STJ, fls. 87/88).

Assim, inexistem os vícios elencados nos arts. 1.022, II, do NCPC, quais sejam, omissão, contradição ou obscuridade, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pela Corte local.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator